

Município de Braço do Trombudo
Controladoria Municipal
Unidade Operacional de Controle Interno

Parecer do Controle Interno nº 06/2022 – Prestação de Contas de Adiantamentos

Concedente: Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo

Nota de Empenho: 3056/2021

Nota de Liquidação: 4500/2021

Ordem de Pagamento: 4672/2021

Responsáveis: DAMARIS CRISTINA STUWER BAADE

Normas Aplicáveis: Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 4320/1964, Instrução Normativa nº 14/2012/TCE/SC, Instrução Normativa nº 20/2015/TCE/SC e Lei Municipal nº 547/2007, Decreto Municipal 73/2012 e Prejulgado nº 2133/TCE/SC.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Em respeito às **normas aplicáveis** e em cumprimento às **atribuições** do **Técnico de Controle Interno** do Município, constantes do Regimento Interno da Controladora do Município de Braço do Trombudo, aprovado pelo Decreto Municipal nº 73 de 2012.

1.2. Considerando que cabem à unidade Operacional da Controladoria do Município as funções de fiscalização, controle e análise **das ações e rotinas da administração** (Artigo 9º - Decreto Municipal nº 73 de 2012).

1.3. Encaminhado **Parecer do Controle Interno nº 06/2022**, referente à **Prestação de Contas de Adiantamentos**, apresentada pelo Senhora DAMARIS CRISTINA STUWER BAADE.

1.4. Conforme consta do Parágrafo Único do Artigo 70 da Constituição Federal de 1988, prestará contas **qualquer pessoa** física ou jurídica, pública ou privada, que **utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos** ou pelos quais o ente responda, ou que, em nome deste, assumira obrigações de natureza pecuniária.

1.5. Nesse sentido, **cabe** ao órgão de controle interno, responsável pela **fiscalização** da aplicação dos recursos concedidos (Artigo 1º, §2º, I, d – Instrução Normativa nº. 14/2012), manifestar-se acerca da análise procedida **pelos setores competentes** sobre a prestação de contas de recursos concedidos e sobre a tomada de contas especial, indicando o cumprimento das normas legais e regulamentares, eventuais ilegalidade ou ilegitimidades constatadas, **concordando ou não** com a **conclusão da análise feita pela unidade competente**, emitindo relatório, certificado de auditoria e **parecer** (Artigo 22, XIII – IN nº 20/2015/TCE).

1.6. Conforme a legislação federal, o **regime de adiantamento** é aplicável aos casos de despesas **expressamente definidos em lei** e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre **precedida de empenho** na **dotação própria** para o fim de realizar despesas, que **não possam** subordinar-se ao processo **normal** de aplicação (Artigo 68 – Lei Federal nº 4320/1964).

2. EXAME DE REGULARIDADE (Artigo 48, §1º, a – Instrução Normativa nº 14/2012/TCE/SC)

2.1 Organização da prestação de contas de adiantamentos

2.1.1 Fase nº1: Concessão

2.1.1.1. Com relação aos atos de **concessão** do adiantamento, verificou-se que o responsável pela realização das despesas sob o regime do adiantamento, solicitou ao Setor de Tesouraria, através do **Ofício nº 52/2021**, em 13 de dezembro de 2021, a quantia correspondente ao valor de R\$ 100,00 para **“inserir créditos no aparelho celular (47) 9 9699-3231 usado nos plantões do conselho tutelar”**.

2.1.1.2 Em relação à entrega do numerário ao agente público, tem-se que os recursos devem ser depositados em **conta bancária específica vinculada** (Artigo 10 – Instrução Normativa nº 14/2012/TCE/SC), **identificada** com o **nome da unidade concedente**, acrescido da expressão **“Adiantamento”** e, sempre que possível, do **nome do responsável pelos recursos** (Artigo 10, § 1º - Instrução Normativa nº 14/2012/TCE/SC).

2.1.1.3 Em outras palavras, a conta bancária deve estar em nome do servidor responsável pela **aplicação** dos recursos.

2.1.1.4 Quanto ao **estágio inicial** da despesa pública, observou-se que a **entrega de numerário** ocorreu após a emissão da **Nota de Empenho nº3056/2021**, da **Nota de Liquidação nº 4500/2021** e a **Ordem de pagamento nº 4672/2021**, conforme exigido pelo **Artigo 60 c/c o Artigo 68**, ambos da Lei Federal nº 4.320/1964.

2.1.2 Fase nº2: Aplicação

2.1.2.1 Os recursos devem ser **movimentados** por **ordem bancária** ou **transferência eletrônica de numerário** (Artigo 10 – Instrução Normativa nº 14/2012/TCE/SC).

2.1.2.2 A movimentação por **Cheques** nominais, cruzados e individualizados por credor e a realização de saques para pagamentos **em espécie** serão admitidos **apenas quando não for possível** a movimentação na forma do caput do artigo 10, devendo esta circunstância ser **justificada** na prestação de contas (Artigo 10, § 2º - Instrução Normativa nº 14/2012/TCE/SC).

2.1.2.3 Os documentos comprobatórios das despesas apresentados foram emitidos nominalmente **ao órgão ao qual pertencem os recursos**, em **conformidade** com o **Artigo 14**, da Instrução Normativa nº 14 de 2012, do Tribunal de contas do Estado de Santa Catarina.

2.1.2.4 Os comprovantes de despesas apresentados **contêm o atestado de recebimento** firmado pelo responsável, em **conformidade** com o **Artigo 15**, da Instrução Normativa nº 14 de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

2.1.2.5 Os comprovantes de despesas apresentados demonstram que os recursos foram aplicados **dentro do prazo máximo** estabelecido pelo Artigo 8º, da Lei Ordinária Municipal nº 547 de 2007, isto é, **60 (sessenta) dias** a partir da entrega dos recursos, bem como em conformidade com o **Artigo 7º**, da Instrução Normativa nº 14 de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

2.1.2.6 Foram apresentados documentos sobre o **objetivo da despesa realizada**.

2.1.3 Fase nº 3: Prestação de Contas

2.1.3.1 A documentação apresentada **atende em partes**, à relação de documentos **obrigatórios** estabelecidos no **Anexo V**, da Instrução Normativa nº 14 de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

2.1.3.2 Nesse sentido, ficou **pendente** a apresentação dos seguintes documentos:

Item IV. Extrato da conta bancária com a movimentação completa do período;

2.1.3.3 Verificou-se que a prestação de contas ocorreu **dentro** do prazo previsto no **Artigo 9º**, da Lei Ordinária Municipal nº 547 de 2007, isto é, **5 (cinco) dias úteis**, a contar do prazo estipulado para aplicação.

3. CONCLUSÃO

3.1 **Concordo** com a conclusão da análise feita pela unidade competente e reforço as indicações formalizadas no Parecer de Prestação de Contas nº 29/2021 do setor de contabilidade; e

3.2 Desse modo, a Unidade Operacional de Controle Interno se manifesta no sentido de considerar a presente prestação de contas **REGULAR**.

É o parecer.

Braço do Trombudo, 11 de abril de 2022.

Fernanda Storti Michelon
Técnica de Controle Interno – CRC/RS-093421/0-8

